

PAPEL DO CAMPESINATO NA SALVAGUARDA DE PATRIMÔNIOS CULTURAIS IMATERIAIS ASSOCIADOS À ALIMENTAÇÃO

Wolney Felipe Antunes Junior
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI)
wolney.antunes@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-1155-8598>

RESUMO

Em um contexto de uniformização dos hábitos alimentares e sob um sistema agroalimentar hegemônico, a reprodução social camponesa e a patrimonialização de práticas e saberes locais associados à alimentação são formas de resistência. Neste ensaio, nosso objetivo é discutir o papel das comunidades camponesas na salvaguarda de patrimônios culturais imateriais alimentares. Para tal, discutimos o referencial teórico de campesinato, apontando para a sua heterogeneidade no Brasil e destacando a perspectiva da resistência; apresentamos o emergente debate acerca dos patrimônios culturais imateriais associados à alimentação; e propomos um diálogo entre as discussões sobre campesinato e patrimônios alimentares. Ao analisar o campesinato sob a perspectiva da resistência (a histórica, do cotidiano, da permanência no campo e da reprodução social e cultural de seus modos de vida), argumentamos que os diferentes patrimônios culturais imateriais são componentes do seu cotidiano e nele se reproduzem.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio imaterial; Alimentação; Agrobiodiversidade; Sistemas agroalimentares locais.

Artigo recebido em: 11/03/2022.

Artigo aceito em: 31/05/2022.



ABSTRACT

In a context of standardization of eating habits and under a hegemonic agri-food system, peasant social reproduction and the patrimonialization of local practices and knowledge associated with food are forms of resistance. In this essay, our objective is to discuss the role of peasant communities in safeguarding intangible food cultural heritage. To this end, we discuss the theoretical framework of peasantry, pointing to its heterogeneity in Brazil and highlighting the perspective of resistance; we present the emerging debate about intangible cultural heritage associated with food; and we propose a dialogue between the discussions on peasantry and food heritage. When analyzing the peasantry from the perspective of resistance (historical, everyday, permanence in the countryside and social and cultural reproduction of their ways of life), we argue that the different intangible cultural heritages are components of their daily lives and are reproduced in it.

KEYWORDS: Intangible heritage; Food; Agrobiodiversity; Local agrifood systems.

RESUMEN

En un contexto de estandarización de hábitos alimentarios y bajo un sistema agroalimentario hegemónico, la reproducción social campesina y la patrimonialización de prácticas y saberes locales asociados a la alimentación son formas de resistencia. Nuestro objetivo es discutir el papel de las comunidades campesinas en la salvaguarda del patrimonio cultural inmaterial alimentario. Para ello, discutimos el marco teórico del campesinado, señalando su heterogeneidad en Brasil y destacando la perspectiva de la resistencia; presentamos el debate emergente sobre el patrimonio cultural inmaterial asociado a la alimentación; y proponemos un diálogo entre las discusiones sobre el campesinado y el patrimonio alimentario. Al analizar al campesinado desde la perspectiva de la resistencia (histórica, cotidiana, permanencia en el campo y reproducción social y cultural de sus modos de vida), argumentamos que los diferentes patrimonios culturales inmateriales son componentes de su cotidianidad y se reproducen en ella.

PALABRAS CLAVE: Patrimonio inmaterial; Alimentación; Agrobiodiversidad; Sistemas agroalimentarios locales.



Introdução

Questões relacionadas (embora não restritas) ao mundo rural – como a disputa por projetos de desenvolvimento no campo; conflitos fundiários e socioambientais; reconhecimento de territórios de povos e comunidades tradicionais; expansão das fronteiras agrícolas; bem como a institucionalização do modelo do agronegócio e seus efeitos sobre os desenhos dos agroecossistemas, de modo a subordiná-los às monoculturas e à produção de commodities (KLUCK, 2020; VERGARA-CAMUS; KAY, 2017) – estão intimamente relacionadas às questões alimentares – como a soberania e a segurança alimentar e nutricional; a diversidade cultural e de hábitos alimentares; salvaguardas de práticas e saberes associados à alimentação; entre outras (MOTA; SILVA; PAULETTO, 2021; OLIVEIRA, 2018). No Brasil, os atores que discutem e se preocupam com essas duas pautas (tais como movimentos sociais, sindicatos, acadêmicos e agentes do poder público ligados aos temas da luta pela reforma agrária, agroecologia, nutrição, segurança alimentar e nutricional e fortalecimento da agricultura familiar e camponesa) se relacionavam e transitavam por arenas políticas em comum, como eram os casos dos (hoje extintos) Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

A conexão entre as questões rurais e alimentares, bem como a intersetorialidade promovida pelas arenas supracitadas, resultaram em importantes e inovadoras políticas públicas ao longo das últimas décadas, como, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a reestruturação, em 2009, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (HAWKES et al., 2016; SCHWARTZMAN et al., 2017). Esses programas, embora enfrentem limites e desafios operacionais, orçamentários e retóricos – em um cenário atual de desmantelamento de políticas ambientais e agrárias (NIEDERLE et al., 2022) – conseguem trabalhar, concomitantemente, temas como a segurança alimentar e nutricional, o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, o resgate de hábitos alimentares, a diversificação dos agroecossistemas e, por conseguinte, a promoção da agrobiodiversidade (BERGAMASCO; BORSATTO; SOUZA-ESQUERDO, 2013; MOTA; SILVA; PAULETTO, 2021; PEREZ-CASSARINO et al., 2015). Uma vez inter-relacionadas, as transformações no mundo rural – que ocorrem ao longo da história – impactam nas questões alimentares e vice-versa.

A partir dos anos 1950 – período caracterizado pelo início da Guerra Fria, em que o mundo se dividiu, sobretudo, entre os Blocos Ocidental/Capitalista e Oriental/Socialista, e marcado por uma efervescência política que suscitou, a exemplo do Sudeste Asiático e da América Latina, revoluções



camponesas – houve a “invenção do Terceiro Mundo” (ESCOBAR, 2007) e a consolidação da ideia de desenvolvimento, que, forjada sob o paradigma da modernização, se pautou no crescimento econômico, na industrialização e na urbanização (VEIGA, 2011), bem como na noção de progresso (DUPAS, 2007). Logo, os países do Terceiro Mundo – ou o Sul Global –, os quais apresentavam perfil rural e uma industrialização incipiente, passaram a ser considerados como subdesenvolvidos, arcaicos, atrasados e inferiores, conformando uma verdadeira “subjetividade subdesenvolvida”, em que modos tradicionais de vida e de produção deveriam ser superados, portanto, modernizados (ESCOBAR, 2007).

Tal contexto contribuiu, significativamente, para um movimento de invasão cultural – nas definições de Freire (1985) – partindo dos países considerados desenvolvidos para aqueles subdesenvolvidos, que levou a transformações profundas no mundo rural e, conseqüentemente, nas práticas alimentares desses países. Os serviços de assistência técnica e extensão rural empregados no Sul Global, sob uma lógica difusionista-produtivista, colaboraram na propagação – e na adoção – de pacotes tecnológicos provenientes da Revolução Verde, impactando nas estratégias produtivas e de reprodução social dos camponeses (CAPORAL; COSTABEBER, 2004; DIESEL; MINÁ DIAS, 2016). A industrialização da agricultura levou à institucionalização de um sistema agroalimentar hegemônico e padronizado, conforme observado por Santilli (2015), o qual, aliado a um contexto de globalização, desencadeou numa uniformização dos hábitos alimentares, segundo apontam Costa e Serres (2020) e Menasche (2013).

Se, por um lado, esses impactos foram – e são – significativos e profundos, por outro lado, não é possível afirmar que se trata apenas de um movimento de opressão e dominação, sem a presença de resistências. Parcelas expressivas de comunidades camponesas – que são detentores de saberes e práticas associadas à alimentação – permaneceram no campo em diferentes partes do mundo, produzindo alimentos e se reproduzindo socialmente (PLOEG, 2009). A lógica de funcionamento da unidade familiar de produção agrícola é específica – com elementos econômicos não capitalistas (CHAYANOV, 1976) – e propicia diferentes formas de resistência à introdução das relações capitalistas no campo, como foram retratadas por James C. Scott (1976, 2002, 2011). Atualmente, as crescentes articulações – desempenhadas por diferentes setores, urbanos e rurais – por medidas de patrimonialização de produtos, práticas e saberes locais associados à alimentação (COSTA; SERRES, 2020; KRONE; MENASCHE, 2018; MENASCHE, 2013) se somam às resistências camponesas e se configuram como “símbolos de resistências culturais contra a homogeneização” (SANTILLI, 2015, p. 587).



Neste ensaio teórico, nosso objetivo é discutir – mobilizando o arcabouço conceitual de campesinato – o papel das comunidades camponesas na salvaguarda de patrimônios culturais imateriais associados à alimentação. A partir dessa discussão, a nossa argumentação é de que o diálogo entre as discussões sobre campesinato com os debates emergentes acerca da patrimonialização de bens alimentares funcionaria como uma via de mão dupla. Nesse sentido, medidas para a salvaguarda dos patrimônios alimentares, ou seja, políticas públicas para o patrimônio cultural imaterial, podem contribuir para a garantia da reprodução social das comunidades camponesas, e políticas públicas que possuem, entre seus beneficiários, o campesinato, podem se tornar medidas de salvaguarda de patrimônios alimentares.

Para alcançar o nosso objetivo, estruturamos este texto em cinco seções: primeiro, nesta seção introdutória, situamos o problema e apresentamos nosso objetivo; na sequência, discutimos o referencial teórico de campesinato, apontando para a sua heterogeneidade no Brasil e destacando a perspectiva da resistência; depois, apresentamos o emergente debate acerca dos patrimônios culturais imateriais associados à alimentação; em seguida, propomos um diálogo entre as discussões sobre campesinato e patrimônios alimentares, de modo a discutir o papel das comunidades camponesas na preservação de bens, práticas e saberes relacionados à alimentação; e, por fim, apresentamos nossas considerações finais.

Não temos, neste trabalho, a pretensão de esgotar o tema tampouco de idealizar os diferentes modos de vida e de expressão do campesinato, de maneira a coloca-los como isentos das contradições do sistema capitalista e de receber influências da homogeneização (do rural e da alimentação), mas, sim, de contribuir para o debate e reafirmar o papel das comunidades camponesas enquanto agentes de salvaguarda de saberes e práticas alimentares. Além do mais, em momentos de retrocessos e de desmonte de políticas voltadas à agricultura familiar e camponesa e à patrimonialização de bens culturais imateriais (ADINOLF, 2019; NIEDERLE et al., 2022), torna-se urgente a reflexão sobre novos caminhos e formas integradas de atuação para salvaguardar práticas e saberes associados à alimentação em consonância à reprodução social camponesa.

O campesinato no Brasil e a perspectiva da *resistência*

Ao mobilizarmos o arcabouço conceitual de campesinato, abarcamos os seguintes grupos sociais: famílias assentadas em projetos de reforma agrária e de crédito fundiário; posseiros; meeiros; parceiros; pequenos proprietários; assim como povos e comunidades tradicionais, a



exemplo de Quilombolas, Caatingueiros, Pomeranos, Pantaneiros, Ribeirinhos, Extrativistas, Quebradeiras de Coco Babaçu, Faxinalenses, Caiçaras, entre outros (YPADÊ, 2021).

A diversidade do rural brasileiro, no que tange aos aspectos ambientais, sociais, culturais e econômicos, foi paulatinamente sendo suprimida em prol de um paradigma de desenvolvimento (em moldes industriais e padronizados, voltados à agroexportação), sobretudo a partir da segunda metade do século XX, quando a expansão das fronteiras agrícolas associada à modernização da agricultura e à urbanização foram intensificadas (CAPORAL; COSTABEBER, 2004; WANDERLEY, 2014a). A questão agrária brasileira, marcada pela “absoluta ‘mercadorização’ das terras” (DELGADO, 2017, p. 19) e por “formas abusivas de controle dos recursos naturais da terra e da água” (MALAGODI, 2017, p. 54), é permeada por conflitos fundiários e socioambientais cujos atores de maiores forças e poderes – grandes proprietários de terra; grileiros; corporações agroindustriais; mineradoras; garimpeiros; etc. – impactam, de maneira negativa, diretamente nos territórios e nos modos de vida do campesinato.

Os debates acadêmicos, políticos e ideológicos de outrora – no caso brasileiro, com destaque nas décadas de 1960 e 1970 – alegavam que o constante avanço do capitalismo sobre o campo – expresso, entre outros fatores, na apropriação privada da terra, na extração da renda da terra e no assalariamento – desencadearia inevitavelmente na diferenciação social do campesinato, isto é, na *ascensão* desta categoria à classe burguesa ou na sua *descensão* à classe operária, culminando, em questão de tempo, na sua decomposição (ABRAMOVAY, 2012). Este paradigma, que pautou significativamente os debates no campo agrário (MALAGODI, 2017), está sendo, aos poucos, desconstruído através de um resgate de estudos sobre a lógica camponesa e das unidades familiares de produção agrícola, como são os casos dos estudos de Alexander V. Chayanov (ABRAMOVAY, 1998; CHAYANOV, 1976; WANDERLEY, 2008). Por, justamente, apresentarem maneiras de organização social, do trabalho e da produção distintas daquelas postas pelas relações capitalistas (ABRAMOVAY, 2012; CHAYANOV, 1976), o campesinato, de modo geral, resiste e permanece no campo (ANTUNES JUNIOR et al., 2021). Como afirma Wanderley (2003, p. 47): “o agricultor familiar é, sem dúvida, um ator social do mundo moderno, o que esvazia qualquer análise em termos de decomposição do campesinato”.

De modo geral, o campesinato pode ser conceituado a partir da íntima relação entre: família, trabalho e produção. A família agricultora, ao passo que é dona do meio de produção, é também trabalhadora, e isso é um fator determinante para a sua compreensão. Considerando suas necessidades imediatas (tais como a alimentação) e as necessidades materiais de longo prazo (como a construção de moradas, que dão garantias às futuras gerações), a família agricultora faz



um balanço entre trabalho e necessidades, e organiza a sua produção (ABRAMOVAY, 2012; CHAYANOV, 1976; WANDERLEY, 2003). No campesinato, a produção gera um rendimento indivisível, que pertence à família como um todo, o qual é destinado tanto para atender às suas necessidades quanto para viabilizar as novas produções (WANDERLEY, 2008). Na lógica familiar, outro elemento importante é a diferenciação demográfica, isto é, com as mudanças etárias, geracionais e de composição na família, novos balanços entre forças de trabalho e necessidades são estabelecidas: “*more mouths to feed and more hands to work*” (SCOTT, 1976, p. 15).

Embora, historicamente, o campesinato brasileiro tenha ficado às margens dos processos de desenvolvimento, se tornado, em grande medida, dependente dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde e ficado suscetível ao sistema agroalimentar hegemônico, faz parte da sua lógica o estabelecimento de estratégias que busquem o aumento da sua autonomia e que viabilizem a sua reprodução social. Para Ploeg (2009), esses movimentos configuram a chamada *condição camponesa*. Como estratégias, os camponeses conciliam a produção voltada ao mercado com a produção para o autoconsumo (o que garante a segurança alimentar da família); articulam diferentes fontes de renda e de atividades (dentro e fora da unidade; agrícolas e não-agrícolas); autogerem seus recursos; e promovem a retroalimentação, por exemplo, com a compostagem, produção interna de grãos e de silagem para o trato dos animais, utilização de matéria orgânica gerada nas podas e manejos para a cobertura do solo, entre outras (PLOEG, 2009).

Não é a dimensão da produção – seja ela grande ou pequena, integrada ou não aos mercados – que define o campesinato, mas, sim, as relações internas e externas projetadas nos estabelecimentos rurais, as quais são protagonizadas pela própria família e orientadas às suas necessidades (SCHNEIDER, 2016). No entanto, para além de um modo de produção e de trabalho no campo, o campesinato expressa diferentes culturas e modos de vida (MENEZES; MALAGODI, 2011; WANDERLEY, 2014b), os quais, aliás, são forjados nas próprias necessidades de estabelecer meios de sobrevivência (CANDIDO, 2001). Como exemplos, citamos os modos de vida dos moradores/sertanejos no Nordeste, dos parceiros/caipiras no Sudeste e dos imigrantes/colonos na região Sul (RIBEIRO, 2012; WANDERLEY, 2014b).

A própria história do campesinato, no Brasil, é uma história de resistência. Uma trajetória de resistência dos povos originários à invasão colonial, bem como do estabelecimento, nos interstícios dos latifúndios, de unidades familiares de produção agrícola (WANDERLEY, 2014b). A colonização, a estrutura agrária e os processos de desenvolvimento do Brasil fizeram, da agricultura camponesa, um setor bloqueado de expressar suas potencialidades. Para resistir e garantir as condições materiais mínimas de reprodução social, o campesinato brasileiro é marcado por movimentos de



migrações e por protagonizar processos de “campesinização”, “descampesinização” e “recampesinização” (WANDERLEY, 1996).

Se, por um lado, a resistência do campesinato pode ser compreendida por meio de ações coletivas e organizadas (em menor ou maior grau), como são os casos das Ligas Camponesas, das Comissões Pastorais da Terra, dos movimentos sociais articulados pela Via Campesina e por organizações sindicais, por outro lado, ela pode ser analisada pelo seu próprio cotidiano (SCOTT, 2002), que pode se expressar de forma individual, coletiva, formal, informal, organizada ou espontânea (MENEZES; MALAGODI, 2011). A resistência cotidiana do campesinato se expressa nas linguagens, práticas e rituais, como a relutância, dissimulação, falsa submissão, sabotagem, etc. (SCOTT, 2011), e pode ser definida por:

qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas à essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o Estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimo de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores.” (SCOTT, 2002, p. 24).

Nesse sentido, Scott (2002) rebate a ideia de que apenas o referencial clássico de resistência – pautada em ações organizadas, coletivas, em movimentos sociais, partidos políticos etc. – tem a potencialidade de ser revolucionária. O autor acrescenta, ainda, que as resistências cotidianas são capazes de gerar alívios das explorações sofridas: “O objetivo, afinal, da grande expressão da resistência camponesa não é diretamente derrubar ou transformar o sistema de dominação, mas, sobretudo, sobreviver – hoje, esta semana, esta estação – dentro dele” (SCOTT, 2002, p. 30).

O emergente debate sobre patrimonialização de bens alimentares

As discussões teóricas e políticas acerca da alimentação – enquanto um ato complexo, social e moldado pela cultura – não são recentes (MENASCHE, 2019), assim como não são de hoje as construções de marcos legais e institucionais para a salvaguarda de patrimônios culturais (SANTILLI, 2015). Inclusive, o Brasil esteve na vanguarda ao estabelecer uma definição para referências culturais (SILVA; BARROS; BEZERRA, 2020). O que é emergente – e tem ganhado corpo desde o início dos anos 2000 – são os debates sobre patrimônio cultural imaterial e bens imateriais associados à alimentação e à agrobiodiversidade (COSTA; SERRES, 2020), os quais



apontam, inclusive, para o seu papel na saúde pública e na mitigação das mudanças climáticas (FACHINI; MORENO ROJAS; CARVALHO, 2021).

Na esfera internacional – no que se referem às iniciativas promovidas por agências das Nações Unidas, como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) – destacamos o reconhecimento de Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial (Globally Important Agricultural Heritage Systems - GIAHS), iniciado em 2002, e a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, feita em 2003 (SANTILLI, 2015; SILVA; BARROS; BEZERRA, 2020). No caso dos GIAHS/FAO, o objetivo principal é reconhecer a importância dos sistemas tradicionais da sociobiodiversidade e estimular que os países adotem medidas de salvaguarda. Já para a Unesco, os patrimônios imateriais são garantidores da diversidade sociocultural e podem se configurar como estratégias para o desenvolvimento sustentável (SILVA; BARROS; BEZERRA, 2020; UNESCO, 2006).

Conforme a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, promovida pela Unesco, são patrimônios imateriais:

práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (UNESCO, 2006, Art. 2).

Tais patrimônios são identificados em tradições e expressões orais; expressões artísticas; práticas sociais, rituais e atos festivos; conhecimentos e práticas relacionadas à natureza e ao universo; e técnicas artesanais tradicionais (UNESCO, 2006). Uma vez reconhecidos, os países proponentes são obrigados a implementarem uma série de medidas para a salvaguarda dos mesmos – reconhecidos como “Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade” – através, por exemplo, da preservação, proteção, revitalização e ações educativas (SILVA; BARROS; BEZERRA, 2020).

No caso brasileiro, embora a noção de patrimônio cultural imaterial já estivesse prevista na Constituição Federal de 1988, no Artigo 216, foi a partir de 2000, com a publicação do Decreto n. 3.551, de 4 de agosto, que o país passou a ter um Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI), cuja coordenação foi atribuída ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No decreto, foram estabelecidos quatro livros de registros de bens culturais imateriais, a saber: I) Livro de Registro dos Saberes, que abarcam conhecimentos, práticas e modos de fazer;



II) Livro de Registro das Celebrações, que compreendem os rituais, atos festivos, religiosos, etc.; III) Livro de Registro das Formas de Expressão, que incluem manifestações literárias, musicais, cênicas, entre outras; IV) Livro de Registro dos Lugares, que englobam feiras, mercados, santuários, etc. (BRASIL, 2000). Ademais, em 2015 foi sancionada a chamada Lei da Agrobiodiversidade – Lei n. 13.123, de 20 de maio (BRASIL, 2015), que reconhece o patrimônio genético e os conhecimentos tradicionais associados, isto é, reconhece práticas e saberes de povos e comunidades tradicionais associados ao cultivo, plantio, criação, conservação e reprodução de sementes, plantas e raças de animais.

Considerando os importantes avanços atingidos, tanto em nível nacional quanto em escala mundial, nos marcos legais e institucionais acerca da patrimonialização de bens culturais imateriais, e considerando a alimentação como um ato social e, sobretudo, cultural (MENASCHE, 2013, 2019), carregado de “saberes compartilhados por grupos, que envolvem práticas, conhecimentos e suportes materiais enraizados no cotidiano, constituindo uma importante referência identitária e organizadora da vida cotidiana” (COSTA; SERES, 2020, p 137), as movimentações e articulações em prol da patrimonialização de produtos, práticas e saberes associados à alimentação cresceram expressivamente. Afinal, como define González-Turmo (2010, p. 197), “el patrimonio alimentario engloba, además de los alimentos, objetos, espacios, prácticas, representaciones, expresiones, conocimientos y habilidades, fruto de la acción histórica continuada de comunidades y grupos sociales”.

Seja para atender interesses econômicos, como o de alguns setores do turismo convencional (KRONE; MENASCHE, 2018), seja para suprir uma preocupação crescente com a sociobiodiversidade, com a padronização e uniformização dos hábitos alimentares e, por conseguinte, com a salvaguarda dos referentes culturais, a FAO, a Unesco, o IPHAN e outras instituições têm sido acionadas para reconhecer diferentes bens culturais imateriais associados ao ato de se alimentar (ACYPRESTE, 2016; COSTA; SERRES, 2020; SANTILLI, 2015; SILVA; BARROS; BEZERRA, 2020). Entre alguns exemplos, a Unesco reconhece, em sua Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, a dieta mediterrânea, a gastronomia tradicional da região mexicana de Michoacán, a gastronomia francesa e o sistema alimentar japonês Washoku (COSTA; SERRES, 2020; SANTILLI, 2015). Pelo IPHAN, o reconhecimento de patrimônios alimentares estão, sobretudo, no Livro de Registro dos Saberes, como são os casos do: Ofício das paneleiras de Goiabeiras; Ofício das baianas de acarajé; Modo artesanal de fazer queijo de Minas; Sistema agrícola tradicional do Rio Negro - AM; Sistema agrícola tradicional das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira - SP; Produção tradicional e práticas



socioculturais associadas à Cajuína - PI; Modos de fazer cuias do Baixo Amazonas - PA; entre outros (IPHAN, 2019).

É preciso evidenciar, no entanto, que os debates sobre patrimônio alimentar – e patrimônios culturais, no geral – ultrapassam a barreira do discurso autorizado de patrimônio (TEIXEIRA, 2020), moldados pelos instrumentos legais e institucionais reconhecidos por Estados e organizações internacionais. As próprias concepções de patrimônio – perpassadas nesta seção – deixam claro que o mesmo não deve se restringir aos reconhecimentos oficiais, o que faz com que algumas abordagens críticas alertem sobre a possibilidade de bens, expressões, saberes e lugares serem esquecidos ou negligenciados (TEIXEIRA, 2020).

O papel do campesinato na salvaguarda de práticas e saberes alimentares

O campesinato, em função da sua lógica de produção, organização do trabalho e de reprodução social (CHAYANOV, 1976; PLOEG, 2009; WANDERLEY, 2008), mantém o controle e o conhecimento acerca de todos os processos alimentares: do plantio, cultivo e criação ao manejo, colheita e abate, assim como das receitas, dos preparos e do ato de se alimentar. Essa relação intensifica as múltiplas dimensões da alimentação, sobretudo no que se refere à construção de identidades. Ao analisar o campesinato sob a perspectiva da resistência – a histórica, do cotidiano, da permanência no campo e da reprodução social e cultural de seus modos de vida (MENEZES; MALAGODI, 2011; SCOTT, 2002; WANDERLEY, 2014b) – é possível reafirmar o seu significativo papel enquanto agente de salvaguarda de práticas e saberes alimentares.

Dos patrimônios alimentares já reconhecidos pelo IPHAN, ao menos cinco são diretamente relacionados aos modos de vida de comunidades camponesas, com destaque para o modo artesanal de se fazer queijo de Minas e aos sistemas agrícolas tradicionais do Rio Negro – AM e das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira – SP (IPHAN, 2019). Embora não estejam enquadrados exatamente como patrimônios alimentares, há uma série de outros bens imateriais registrados pelo IPHAN, nos livros de registro das Celebrações, Lugares e Formas de Expressão, que permeiam questões alimentares e que compõem os diferentes modos de vida do campesinato brasileiro. Por exemplo: o modo de fazer viola-de-cocho; as feiras de Caruaru – PE e Campina Grande – PB; o fandango caiçara; a festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis/GO; e a romaria de carros de boi da festa do Divino Pai Eterno de Trindade – GO (IPHAN, 2019).



Parafraseando uma expressão utilizada para definir meios de preservação dos patrimônios genéticos, o campesinato é um agente de preservação dos patrimônios alimentares *in situ*. Isto é, os diferentes patrimônios culturais imateriais são componentes do cotidiano das comunidades camponesas e nelas se reproduzem. Nesse sentido, vale mencionar ao menos dois casos: a salvaguarda da raça brasileira de suínos Moura, feita por comunidades Faxinalenses no Sul do país (GHELLER; PERONDI; KIYOTA, 2021); e a preservação de sementes de milhos crioulos, tal como o de palha roxa, feita por camponeses do sudoeste paulista, em uma das principais regiões produtoras de milho transgênico de São Paulo (FACHINI; MARIUZZO; ARAÚJO, 2019).

Partindo de discussões importantes levantadas por Menasche (2019) – de que a alimentação é um tema agregador, o qual possibilita interfaces – e por Gonzalález-Turmo (2010) – de que não é possível desconectar as medidas de salvaguarda dos alimentos de uma problematização dos sistemas agroalimentares – apontamos para algumas possibilidades de diálogo entre as discussões sobre a reprodução social camponesa e patrimônios alimentares.

Os sistemas agroalimentares hegemônicos e vigentes são conformados por oligopólios, em que corporações agroindustriais e alimentícias controlam praticamente todas as etapas do processo, que vão dos insumos para a produção, no campo, até as gôndolas dos supermercados (MCMICHAEL, 2009). É complexo pensar e promover medidas de salvaguarda para os patrimônios alimentares no interior desse sistema, uma vez que não se trata dos interesses dessas corporações tampouco fazem parte da sua lógica de produção. Deste modo, um dos caminhos para se alcançar a preservação (e reprodução) dos patrimônios alimentares se dá por intermédio de sistemas agroalimentares locais, sustentáveis e protagonizados pela agricultura de base familiar e camponesa (TRICHES; SCHNEIDER, 2015), como tem demonstrado algumas discussões do IPHAN ao reconhecer os sistemas agrícolas tradicionais do Rio Negro – AM e das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira – SP (SILVA; BARROS; BEZERRA, 2020).

A conformação de sistemas agroalimentares locais e mais sustentáveis não é um processo simples, tampouco faz parte do escopo deste texto aprofundar nesta discussão, no entanto, uma alternativa que tem se destacado entre pesquisadores e formuladores de políticas são as compras públicas de alimentos produzidos pela agricultura familiar e camponesa. O Estado, uma vez que apresenta uma capacidade expressiva de consumo (com orçamentos vultosos), ao estabelecer regras e condicionantes – no âmbito das compras públicas – para objetivos sociais, ambientais e culturais específicos, detém a capacidade de promover importantes resultados (OLIVEIRA; MIGUEL, 2015). No que tange ao papel – e desafios – das compras públicas em promoverem



sistemas agroalimentares locais, sustentáveis e pautados na agricultura familiar e camponesa, importantes estudos têm sido realizados (BORSATTO et al., 2019, 2021).

A alimentação escolar, por sua vez, que no Brasil é promovida pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), se apresenta como um promissor ponto de diálogo entre as discussões sobre agricultura camponesa e patrimonialização de bens culturais imateriais associados à alimentação. O PNAE é uma política federal, universal e de alcance nacional, mas que é operacionalizada de maneira descentralizada, através, sobretudo, dos municípios (SCHWARTZMAN et al., 2017). Desde 2009, este programa prevê a aquisição de alimentos da agricultura familiar e camponesa para compor as refeições escolares (HAWKES et al., 2016). Ademais, o arcabouço institucional do PNAE pressupõe que os cardápios devem ser elaborados a partir dos hábitos e das culturas alimentares locais (BRASIL, 2009; SOUSA et al., 2015). Deste modo, o PNAE pode ser um instrumento simultâneo de garantia da reprodução social camponesa, de salvaguarda dos hábitos e culturas alimentares, bem como de preservação da sociobiodiversidade, como têm mostrado alguns estudos (HENDLER; RUIZ; OLIVEIRA, 2021; MOTA; SILVA; PAULETTO, 2021).

Considerações finais

Ao longo deste ensaio buscamos, primeiro, fazer alguns apontamentos teóricos e conceituais sobre o campesinato – evidenciando sua lógica de organização do trabalho, da produção e de reprodução social, bem como a perspectiva da resistência – e, depois, fazer um panorama das discussões sobre patrimônios culturais imateriais relacionados à alimentação. Na sequência, discutimos o papel do campesinato na salvaguarda de práticas e saberes alimentares, demonstrando que, por conta de sua lógica e seus modos de vida, os diferentes patrimônios alimentares são componentes do seu cotidiano e nele se reproduzem.

Fizemos, também, um diálogo entre as discussões sobre o campesinato e sobre a patrimonialização de bens culturais imateriais alimentares, argumentando que a aproximação entre estes dois temas desenha uma via de mão dupla, em que os dois pontos se beneficiam mutuamente. Nesse sentido, indicamos a necessidade da problematização dos sistemas agroalimentares hegemônicos, o papel e os desafios das compras públicas de alimentos, bem como a importância que as políticas de alimentação escolar podem exercer tanto na garantia da reprodução social camponesa, quanto na salvaguarda dos hábitos e culturas alimentares locais.



Por fim, este trabalho abre importantes agendas de pesquisa, além de importantes frentes de trabalho entre formuladores de políticas públicas, que podem ser expressos nas seguintes indagações: como aprofundar, no campo teórico e empírico, as análises sobre preservação e reprodução de práticas e saberes alimentares entre comunidades camponesas? Como mobilizar a perspectiva da resistência do campesinato nessas análises? Como construir e implementar políticas integradas de fortalecimento da agricultura familiar e camponesa e de salvaguarda dos patrimônios alimentares? Que arenas e/ou atores podem contribuir ou já atuam nesta perspectiva?

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. O admirável mundo novo de Alexander Chayanov. *Estudos Avançados*, v. 12, n. 32, p. 69–74, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Edusp, 2012.

ACYPRESTE, Izadora Pereira. Patrimônio alimentar: passos para a garantia da sociobiodiversidade e segurança/soberania alimentar. *Tessituras*, v. 4, n. 1, p. 335–350, 2016.

ADINOLF, Maria Paula Fernandes. A salvaguarda do patrimônio imaterial em tempos de aniquilação da diversidade: notas sobre o fundamentalismo cristão e a “capoeira gospel”. *Aceno*, v. 6, n. 11, p. 51–64, 2019.

ANTUNES JUNIOR, Wolney Felipe et al. Terra, trabalho e família: estratégias de reprodução social no Assentamento Rural Araras III. *Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*, v. 14, n. 2, p. 9, 2021.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; BORSATTO, Ricardo Serra; SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: reflexões a partir de estudos de casos no estado de São Paulo. *Revista Interdisciplinária de Estudos Agrários*, v. 38, n. January, p. 25–49, 2013.

BORSATTO, Ricardo Serra et al. Desafios Dos Mercados Institucionais Para Promover a Transição Agroecológica. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 39, n. 1, p. 99–113, 2019.

BORSATTO, Ricardo Serra et al. Food Procurement as an Instrument to Promote Local Food Systems: Exploring a Brazilian Experience. *International Journal on Food System Dynamics*, v. 12, n. 2, p. 177–191, 2021.



BRASIL. Decreto n. 3.551, de 4 de agosto de 2000 Brasil, 2000.

BRASIL. Resolução/CD/FNDE n. 38, de 16 de julho de 2009 Brasil, 2009.

BRASIL. Lei n. 13.123, de 20 de maio de 2015 Brasil, 2015.

CANDIDO, Antônio. Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 9. ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. Porto Alegre: EMATER, 2004.

CHAYANOV, Alexander. Teoria dos Sistemas Econômicos Não-Capitalistas. *Análise Social*, v. 12, n. 46, p. 477–502, 1976.

COSTA, Luciana De Castro Neves; SERRES, Juliane Conceição Primon. A patrimonialização de referentes culturais alimentares no Brasil. *Confluências Culturais*, v. 9, n. 2, p. 135–146, 2020.

DELGADO, Guilherme Costa. Questão agrária hoje. In: *Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro*. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 12–21.

DIESEL, Vivien.; MINÁ DIAS, Marcelo. The Brazilian experience with agroecological extension: a critical analysis of reform in a pluralistic extension system. *Journal of Agricultural Education and Extension*, v. 22, n. 5, p. 415-433, 2016.

DUPAS, Gilberto. O mito do progresso. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 77, p. 73–89, 2007.

ESCOBAR, Arturo. *La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo*. 1. ed. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

FACHINI, Cristina.; MARIUZZO, Patrícia.; ARAÚJO, Sônia. *Roteiro do milho: cultura e culinária no Sudoeste Paulista*. Salto: FoxTablet, 2019.

FACHINI, Cristina.; MORENO ROJAS, Rafael.; CARVALHO, Aline Vieira de. Mudanças climáticas e patrimônio agroalimentar: aprendizados para resiliência. *PerCursos*, v. 22, n. 49, p. 198-225, 2021.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GHELLER, Diego Ghedini.; PERONDI, Miguel Angelo.; KIYOTA, Normal. Raças Suínas Brasileiras E Seu Papel No Desenvolvimento Local: a Importância De Preservar a Biodiversidade. 59o Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER. Anais...Brasília: 2021



GONZÁLEZ-TURMO, Isabel. La dieta mediterránea como objeto patrimonial. *Quaderns de la Mediterrània*, v. 13, n. January, p. 197-201, 2010.

HAWKES, Corinna et al. How to engage across sectors: lessons from agriculture and nutrition in the Brazilian School Feeding Program. *Revista de Saúde Pública*, v. 50, p. 47, 2016.

HENDLER, Vanessa Magnus; RUIZ, Eliziane Nicolodi Francescato; OLIVEIRA, Luciana Dias. Sociobiodiversidade na escola, promoção da saúde, da sustentabilidade e da cultura: um movimento em construção no município de Mostardas/RS. *Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*, v. 15, n. 1, p. 115–134, 2021.

IPHAN. Lista de Bens Registrados. [s.l.: s.n.].

KLUCK, Erik Gabriel Jones. Terra e floresta em foco: Percursos recentes da regularização da terra e anistia a crimes ambientais. *Revista da Anpege*, v. 16, n. 29, p. 681–711, 2020.

KRONE, Evander Eloí; MENASCHE, Renata. Em busca dos sabores rurais pomeranos: patrimônio, turismo e consumo ao sul do Brasil. *Studium: Revista de Humanidades*, v. 24, p. 217–242, 2018.

MALAGODI, Edgard. Por que a questão agrária é uma questão da agricultura de base familiar e Camponesa? In: *Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro*. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 40–62.

MCMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. *Journal of Peasant Studies*, v. 36, n. 1, p. 139–169, 2009.

MENASCHE, Renata. Cuando la comida se convierte en patrimonio: puntualizando la discusión. In: *Patrimonio inmaterial, museos y sociedad. Balances y perspectivas de futuro*. Madrid: Ministério de Cultura, 2013. p. 299.

MENASCHE, Renata. Tendências da alimentação contemporânea: percurso e elementos para uma agenda de pesquisa. *Campos - Revista de Antropologia*, v. 19, n. 2, 2019.

MENEZES, Marilda; MALAGODI, Edgard. Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência. In: *Os atores do desenvolvimento rural. Perspectivas teóricas e práticas sociais*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. p. 49–66.

MOTA, Juliana Santos da; SILVA, Danielle Wagner; PAULETTO, Daniela. A inserção de produtos da sociobiodiversidade na alimentação escolar no município de Santarém, PA. *Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*, v. 15, n. 1, p. 92–114, 2021.



NIEDERLE, Paulo et al. Ruptures in the agroecological transitions: institutional change and policy dismantling in Brazil. *The Journal of Peasant Studies*, n. May, p. 1–23, 2022.

OLIVEIRA, Ana Luisa Araújo de. Plantar, colher, comer: relações entre a produção e o consumo de alimentos. *Tessituras*, v. 6, n. 2, p. 258-265, 2018.

OLIVEIRA, Bernardo Carlos de; MIGUEL, Luis. Compras públicas como política para o desenvolvimento sustentável. *Revista de Administração Pública*, v. 49, n. 1, p. 189-206, 2015.

PEREZ-CASSARINO, Julian et al. A promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) por meio do mercado institucional: a experiência brasileira. *Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe*, n. November, p. 223-246, 2015.

PICOLOTTO, Everto Lazzaretti. Os atores da construção da Categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, p. 63-84, 2014.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: *Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro*. [s.l: s.n.]. p. 17-32.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SANTILLI, Juliana. O Reconhecimento de Comidas, Saberes e Práticas Alimentares Como Patrimônio Cultural Imaterial. *DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde*, v. 10, n. 3, p. 585-606, 2015.

SCHNEIDER, Sergio. Mercados e agricultura familiar. In: *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 93-140.

SCHWARTZMAN, Flavia et al. Antecedentes e elementos da vinculação do programa de alimentação escolar do Brasil com a agricultura familiar. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 33, n. 12, p. 1-2, 2017.

SCOTT, James. *The Moral Economy of the Peasant: rebellion and subsistence in Southeast Asia*. Londres: Yale University, 1976.

SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 21, n. 1, p. 10-31, 2002.

SCOTT, James. Exploração normal, resistência normal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, p. 217-243, 2011.



SILVA, Amanda Camylla Pereira; BARROS, Flora Campos; BEZERRA, Juliana Izete Muniz. Sistemas agrícolas tradicionais na perspectiva do patrimônio cultural. *Confluências Culturais*, v. 9, n. 2, p. 201-212, 2020.

SOUSA, Anete Araújo de et al. Cardápios e sustentabilidade: ensaio sobre as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Revista de Nutrição*, v. 28, n. 2, p. 217-229, 2015.

TEIXEIRA, Luciano dos Santos. Historiografia do patrimônio na década de 1980? Algumas considerações. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 28, p. 1-21, 2020.

TRICHES, Rozane Maria; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, v. 12, n. 75, 2015.

UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do Século XXI*. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

VERGARA-CAMUS, Leandro; KAY, Cristóbal. Agribusiness, peasants, left-wing governments, and the state in Latin America: An overview and theoretical reflections. *Journal of Agrarian Change*, v. 17, n. 2, p. 239-257, 2017.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. outubro, n. 21, p. 42-61, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX Encontro anual da ANPOCS. Anais, 1996

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: *Para pensar: outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFOR, 2008. p. 32-56.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Gênese da abordagem territorial no Brasil. In: *Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil*. Recife: Editora UFPE, 2014a. p. 80-103.



WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: Uma história de resistência. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, p. 25-44, 2014b.

YPADÊ. Povos e Comunidades TradicionaisCNPCT - Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. [s.l: s.n.].